

Educação e pandemia: um olhar sobre as produções acadêmicas (2020-2021)

Luciana Aparecida de Araujo
Cleriston Izidro dos Anjos

Como citar: ARAUJO, Luciana Aparecida de. ANJOS, Cleriston Izidro dos. Educação e pandemia: um olhar sobre as produções acadêmicas (2020-2021). *In*: ARAUJO, Luciana Aparecida de; CORDEIRO, Ana Paula. **Educação e pandemia: impactos e desafios**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 27-64. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-308-3.p27-64>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 1

Educação e pandemia: um olhar sobre as produções acadêmicas (2020-2021)

Luciana Aparecida de Araujo

Cleriston Izidro dos Anjos

Introdução

Apresentamos algumas reflexões tecidas a partir de um mapeamento realizado com o objetivo de compreender quais possíveis temáticas, desafios e perspectivas têm sido abordadas nas produções acadêmicas que discutem sobre educação em tempos de pandemia no período 2020-2021. As implicações da pandemia de Covid-19 para a educação têm sido objeto de nossas preocupações desde o anúncio das restrições sanitárias e medidas de isolamento físico anunciadas no Brasil, em função do aparecimento dos primeiros casos no país. Atividades educacionais presenciais foram suspensas e em todo o cenário educacional brasileiro havia uma série de incertezas sobre a pandemia e seus impactos na Educação Básica e no Ensino Superior.

O grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogias e Culturas Infantis (GEPPECI), um dos grupos dos quais a autora e o autor deste capítulo fazem parte, ao perceber que os primeiros quarenta dias de isolamento seriam prorrogados e sem data prevista para retorno das atividades

presenciais, promoveu uma série de ações e debates para pensar sobre os efeitos da pandemia na educação e na vida das crianças, desde bebês, dentre as quais destacamos as lives do Geppeci no perfil do grupo de pesquisa no Instagram® (@geppeci), o Webnário “Infâncias e educação infantil em tempos de pandemia”, transmitido e disponível no YouTube® (GEPPECI, 2020) e as produções escritas organizadas com a colaboração de pesquisadores e pesquisadoras de várias instituições, cujas contribuições foram organizadas em dois dossiês especiais: “As crianças e suas infâncias em tempos de Pandemia” (SANTOS; SARAIVA, 2020) e “Educação Infantil em tempos de pandemia” (ANJOS; PEREIRA, 2021).

No Ensino Superior, as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão também foram significativamente afetadas. Pesquisas e projetos de extensão com atividades presenciais de campo precisaram ser repensadas, os cursos de graduação planejados e realizados na modalidade presencial tiveram que lidar com desafios e problemas que envolvem as dificuldades de acesso aos equipamentos tecnológicos e à internet pelos/as estudantes, com a precarização do trabalho docente agravada pela escassez de suporte para o trabalho em tempos pandêmicos – equipamentos, formação para lidar com as atividades emergenciais não-presenciais, saúde mental do/a trabalhador/a da educação e outros auxílios materiais e imateriais – e com uma sobrecarga imensa de trabalho, além daquilo que a Covid-19 causou nos contextos familiares e pessoais de estudantes e professores/as.

No momento da finalização da escrita deste capítulo – segunda quinzena do mês de dezembro de 2021 e primeira quinzena de janeiro de 2022 –, ainda temos muito mais dúvidas do que certezas sobre o contexto pandêmico: parcela significativa de adultos/as foi vacinada, mas avanços no combate à pandemia ainda são necessários; o debate se volta para a vacinação de crianças, surgem notícias de novas variantes de Covid-19 e

circulam nas mídias as notícias sobre a presença de outros vírus (H1N1, H3N2...).

Em 28 de janeiro de 2022, foi publicado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) o Manifesto pelo direito de vacinação das crianças contra a Covid 19. A ANPED, comprometida com os estudos e direitos da infância e da adolescência posiciona-se a favor da vacinação de crianças, a partir dos cinco anos de idade, já que a vacinação para essa faixa etária foi aprovada após rigorosos testes clínicos.

No campo educacional, os sistemas de educação pouco avançaram naquilo que poderia ter sido feito no período de isolamento para garantir um possível retorno seguro e com respeito aos direitos das crianças e de suas famílias e de todos/as os/as profissionais da educação, tais como as medidas indicadas pela Frente Nordeste Criança na obra “Caderno de Direitos - Retorno à creche e à escola: Direitos das crianças, suas famílias e suas/seus educadoras/es - gestoras/es, professoras/es e funcionárias/os” organizada por Ana Maria Mello, Fauston Negreiros e Cleriston Izidro dos Anjos (2020) com a participação de representantes dos estados da região nordeste do Brasil.

Um clima de retorno às atividades presenciais – na educação e em outros contextos – ora parece estar mais próximo, ora parece estar distante da realidade. O contexto brasileiro, de múltiplas desigualdades, que se acentuam cada vez mais, causa um misto de sentimentos que envolvem indignação, momentos de paralisia e outros de muito trabalho, produção e ações solidárias, na tentativa de buscarmos algum sentido para tudo isso.

No Brasil, em 2022, teremos eleições para a presidência da república, o que torna o cenário ainda mais tenso. No entanto, sabemos

que as coisas não podem continuar como estão, considerando que muitos dos problemas que estamos vivendo poderiam ter sido amenizados ou evitados se houvesse governantes comprometidos com o povo, com a ciência e com a educação.

O discurso falacioso que nos ronda e que procura nos convencer de que a pandemia atingiu brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres, adultos e crianças, procura mascarar as desigualdades que envolvem essa realidade. Ao contrário do que dizem, nós não estamos “no mesmo barco”. Podemos até estar “na mesma tempestade”, mas alguns/mas enfrentam-na em iates de luxo, enquanto outros/as não possuem sequer a madeira flutuante do tronco de uma árvore para se apoiar.

Iniciamos desse modo, pois a pandemia tem afetado a vida de todos/as nós e a nossa escrita também não passa incólume a isso. Não podemos aceitar o discurso do “novo normal”, pois o cenário anterior à pandemia já não era normal para aqueles e aquelas que ainda ousam indignar-se com tantas desigualdades. É preciso manter viva a chama da indignação, de modo que possamos aprender com tudo isso e, quem sabe, construir um outro mundo possível: com mais justiça social, humanidade e solidariedade. Sigamos!

Com o intuito de localizar e sintetizar a literatura encontrada que discute sobre educação em tempos de pandemia no período 2020-2021, de modo a identificar as principais tendências das pesquisas encontradas, suas lacunas e discussões relevantes e avaliá-las criticamente, optamos pela revisão de literatura (MOREIRA; CALEFFE, 2008) e mapeamento das produções acadêmicas sobre educação em tempos de pandemia, tendo o período 2020-2021 como recorte temporal.

Para realização dos procedimentos de busca optamos pela plataforma do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict oasisbr⁵, que permite a busca de produções científicas de autores/as vinculados/as a universidades e institutos de pesquisa brasileiros e em fontes portuguesas.

A busca foi realizada a partir dos descritores: “Educação”, “Pandemia”, associadas pelo operador booleano AND, que resultou em 146 produções: 11 dissertações, 4 teses, 114 artigos científicos, 9 trabalhos de conclusão de curso de graduação, 4 livros, 2 artigos de conferência, 1 relatório e 1 resumo expandido.

Para este estudo, optamos por selecionar apenas os artigos científicos escritos em língua portuguesa, excluindo, portanto, as teses, dissertações, livros, relatórios, resumo expandido, artigos de conferência, trabalhos de conclusão de curso, artigos em duplicidade, artigos em outros idiomas e as produções que não guardavam correlação com a temática ou que não possível a leitura por motivos de falhas no link de acesso ou que não permitiam a abertura do arquivo em formato PDF por falhas no documento. Considerando tais critérios, foram selecionados 20 artigos que discutem educação em tempos de pandemia desde a Educação Infantil – primeira etapa da Educação Básica – até o Ensino Superior. Os conteúdos extraídos foram reunidos a partir de dois eixos: a) Implicações da pandemia causada pela Covid-19 na educação brasileira e propostas de trabalho em tempos de isolamento e b) Políticas públicas educacionais e pandemia: direitos e exclusão.

⁵ Portal brasileiro que reúne produção científica em acesso aberto. Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Implicações da pandemia causada pela covid-19 na educação brasileira e propostas de trabalho em tempos de isolamento

Reunimos no eixo “Implicações da pandemia causada pela covid-19 na educação brasileira e propostas de trabalho em tempos de isolamento” doze artigos que discutem implicações causadas pela pandemia de Covid-19 na educação brasileira, destacando-se trabalhos voltados para os impactos na formação e atuação docente e o uso das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) na educação em contexto pandêmico.

O artigo de Caroline Cavalcante Nascimento (2020, p. 25), intitulado “Educação em tempos de pandemia”, trouxe como objetivo “[...] refletir sobre o fazer educacional, mais especificamente a figura do artista-docente, em meio à epidemia mundial que assola o globo desde março de dois mil e vinte”. Para atingir esse objetivo, a autora aborda o contexto educacional em tempos de pandemia e discute alguns métodos que vêm sendo utilizados para manter as escolas em funcionamento de modo não presencial. Apresenta também uma explanação a respeito da produção artística durante a pandemia de Covid-19, considerando os meios e reinvenções utilizadas pelos artistas, que são também professores da Educação Básica. Além disso, foi realizada a análise de uma página presente na rede social Instagram, em que se encontram obras artísticas produzidas por professores de arte da Educação Básica de diversas regiões do Brasil.

Kelly Cristina Brandão da Silva e Kelly Cristina Garcia de Macêdo Alcantara (2020, p. 102) em “A (in)corporeidade do professor em tempos de pandemia e educação à distância”, trouxeram como objetivo nesse artigo “[...] analisar, à luz da interlocução entre Educação e Psicanálise, os

limites e impasses provocados pela educação à distância emergencial, a partir da discussão de algumas nuances referentes ao corpo, à presença e à temporalidade, os quais dão sustentação ao trabalho docente”. Nessa perspectiva, apresentam alguns elementos que as autoras consideram como tradicionais e ordinários utilizados no trabalho docente em sala de aula, durante o ensino presencial, com o intuito de refletir sobre os efeitos da educação não presencial e emergencial em tempos de pandemia, ocasionada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), situação que fez com que as escolas fossem fechadas de modo a atender às medidas sanitárias de distanciamento e não interromper o ano letivo. Os resultados da investigação indicaram alguns desdobramentos no que diz respeito a erotização da educação, a função social da escola, a tradição e transmissão de conteúdos por outros meios que podem indicar tempos de mudanças no cenário educacional.

Galdino Rodrigues de Sousa, Eliane Medeiros Borges e Ricardo Dulcatti Colpas, (2020, p. 146) no artigo intitulado “Em defesa das tecnologias de informação e comunicação na educação básica: diálogos em tempos de pandemia”, apresentaram como objetivo “[...] problematizar algumas medidas emergenciais adotadas na educação básica durante a crise global de COVID-19”. Discutem o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas que podem favorecer o ensino a distância e minimizar os impactos imediatos que podem levar ao fechamento das escolas. Para eles e ela, a televisão, a mídia impressa e digital, podem favorecer o acesso à educação para maior número de estudantes, principalmente, os alunos que não possuem internet em suas residências. Como caminho metodológico, utilizam-se “dos Episódios de Aprendizagem” como alternativa “[...] capaz de propiciar processos educativos relacionais entre ambientes formais e informais, com foco na

interação, no diálogo e na pesquisa, por meio da utilização crítica das TIC no ensino e aprendizagem”. Esses episódios, são considerados pelos autores e autora como potencialmente relevantes aos esforços de desenvolvimento de uma “revolução digital inclusiva” pós-pandemia nas escolas (SOUSA; BORGES; COLPAS, 2020, p. 146). Como resultados, indicam que potencialmente, a metodologia “dos Episódios de Aprendizagem” pode favorecer os processos educativos relacionais em ambientes formais e informais, considerando a interação, o diálogo e a pesquisa, mediante o uso das TIC no ensino e na aprendizagem de forma crítica.

José Antônio Moreira, Susana Henriques e Daniela Melaré Vieira Barros (2020, p. 351) publicaram o artigo “Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia”, com o objetivo de “[...] apresentar, resumidamente, os princípios básicos para o design de um ambiente online, relacionado à organização, seleção de recursos, preparação e avaliação de atividades de aprendizagem”. Segundo o autor e as autoras, o crescimento das tecnologias e das redes de comunicação tem provocado mudanças significativas na sociedade, levando ao surgimento de novos paradigmas, novas formas de comunicação educacional e também novos contextos de ensino e de aprendizagem. Concluem que a chegada abrupta do vírus impulsionou instituições educativas e professores à novas práticas de ensino, que envolvem atividades remotas de emergência, mas que isso não se configura como práticas de uma educação digital em rede e de qualidade.

No artigo “Autoformação docente em tempos de pandemia: da (im)possibilidade da reinvenção sem cuidado de si”, Tacieli Feltrin e Natália Lampert Batista (2020, p. 1017) buscaram responder ao seguinte questionamento: “O que cabe aos educadores em tempos de

distanciamento social, reconfiguração das noções de normalidade, presença e temporalidade?” Nesse sentido, tiveram como objetivo “refletir sobre o impacto da pandemia na docência com especial atenção à autoformação docente e à noção de cuidado de si em Foucault (2006), destacando a necessidade de um olhar cuidadoso e crítico para o contexto escolar contemporâneo”. Para essas autoras, a educação, o ensino e os processos que ocorrem no contexto da escolarização passam por transformações importantes, provocando uma desconstrução dos parâmetros educativos estabelecidos. O cuidado com o outro, com as relações, inclusive as relações educativas e a (auto)formação se tornam “eixo de (im)possibilidade”, caso seja pensada por um viés unicamente tecnológico e mecanicista. As autoras concluem que

[...] as necessidades de reinvenção e fluência tecnológica estabelecidas para educadores e estudantes em todo o território nacional têm assumido um compromisso com a manutenção de códigos que não cabem nesse novo tempo, exigindo o cumprimento de relações puramente burocráticas em detrimento de uma abertura de possibilidade ao novo, ao pensar uma educação que produza sujeitos mais sensíveis ao sofrimento humano, cuidadosos com a ciência e com a preservação do humano nas relações (FELTRIN; BATISTA, 2020, p. 1017).

No artigo “Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia”, Simone Bicca Charczuk (2020, p. 1), apresenta as diferenças que marcam o ensino remoto e a educação a distância (EaD), evidenciando que existem críticas sobre as dificuldades de interação, muitas vezes compreendidas como inerentes a elas, em ambas as modalidades. A autora ressalta a importância de se considerar que todo

modelo de ensino precisa apontar seus fundamentos teóricos conceituais que os sustentam. O artigo traz as narrativas a respeito do ensino remoto, com base no conceito de “transferência”. A autora acredita que “[...] o laço transferencial entre professor, aluno e conhecimento pode ser estabelecido no ensino remoto, considerando a escuta e a palavra como representantes da presença e da corporeidade neste contexto”.

O artigo “Aulas on-line durante a pandemia: condições de acesso asseguram a participação do aluno?”, de Flávia Catanante, Rogério Cláudio de Campos e Iranéia Loiola (2020, p.977), é resultado de pesquisa desenvolvida no município de Miracatu/ SP, a partir de um questionário fechado que foi aplicado com os/as responsáveis pelos/as estudantes de uma escola estadual de Ensino Fundamental II (Anos Finais) e de Ensino Médio. Tiveram como objetivo “[...] aprofundar as reflexões acerca do momento vivido no processo de escolarização frente à necessidade da suspensão de aulas para atender o isolamento social, em virtude da Covid-19”. Analisaram os motivos pelos quais ocorreram a baixa incidência de acessos às atividades virtuais, mesmo com a declaração desses com relação às condições de acesso à internet e a existência de equipamento compatível. Tal afirmação pode justificar-se em função de um ambiente residencial inadequado, pela ausência de apoio familiar adequada e de pressupostos culturais. Concluem que o acesso às Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) não garante o sucesso de estudantes na participação em aulas virtuais ou até mesmo na realização de atividades não presenciais.

Em “Aulas de artes em tempos de pandemia e atividades remotas: como manter o vínculo do professor com os alunos, e dos alunos com a disciplina?”, Rosana Fachel de Medeiros (2020) apresenta uma experiência realizada com a disciplina de artes para alunos dos anos finais do Ensino

Fundamental a partir de atividades remotas propostas em função da pandemia causada pelo Coronavírus, impossibilitando encontros presenciais, o que fez com que o contato entre professores e alunos passasse a ser virtual e por meio de propostas de atividades online. Segundo a autora, na escola onde trabalha, não foi possível que todos os alunos tivessem acesso aos materiais propostos, mas os/as que tiveram a possibilidade de ter acesso e de realizá-las, fizeram-nas com dedicação e qualidade, assim como avalia como positivas as trocas de experiências entre estudantes e professores/as. Para a autora, existe potencialidade no ensino híbrido na pandemia de modo a favorecer a personalização da aprendizagem e o protagonismo dos/as estudantes.

No artigo “Pandemia, isolamento social e desigualdades: uma complexa trilogia para educar”, Camila Carlachiani e Silvia Morelli (2020, p. 1030) apresentam resultados de pesquisa desenvolvida junto ao projeto "Sentidos, contradições e desafios da educação em tempos de isolamento social" na Faculdade de Ciências da Educação e Psicopedagogia da Universidade Aberta Interamericana, Rosário, Argentina. Trouxe como objetivo o fornecimento de reflexões sobre as múltiplas implicações da pandemia de Covid-19 na educação de crianças e jovens. A investigação foi realizada com estudantes dos níveis primário, secundário e superior e seus/suas professores/as, analisando os efeitos desse evento global em contextos locais. As discussões foram realizadas a partir dos seguintes tópicos de discussão: entre falta e falta de um contexto sem precedentes; o que foi aprendido, o que resta e o que muda.

Luciane Magalhães Corte Real, Luciane Marilei Pereira Stepanski, Jaqueline dos Santos Picetti e Luisa Guazzelli Sirangelo (2021, p. 72) escreveram o artigo “Possibilidades de aprendizagens na pandemia de Covid-19”, com o objetivo de investigar, mediante pesquisa exploratória e

qualitativa, as aprendizagens relatadas pelos/as participantes durante o período de pandemia. As autoras utilizaram o questionário com perguntas abertas e fechadas disponibilizado no Google Formulários como instrumento de coleta de informações. Para as autoras, a vivência em períodos pandêmicos modifica as relações interpessoais, como foi o caso da gripe espanhola, em que as pessoas também tiveram que fazer isolamento para não infectar outras pessoas, como aconteceu com a pandemia de Covid-19. Os resultados revelam três categorias que se relacionam: aprendizagens nas relações humanas, organização do tempo e consumismo. Existe preocupação, por parte dos/as participantes, em relação ao modo como empregar o tempo disponível no período pandêmico e sobre o consumo de mercadorias sem a devida necessidade. Nas relações interpessoais, destacam aprendizagens relacionadas à vida e sua qualidade, para a saúde, para o aproveitamento do tempo, para a família, amigos e para o lazer.

No artigo “Impactos da pandemia de Covid-19 na Educação Infantil em São Gonçalo/RJ”, Maria Tereza Goudard Tavares, Fabiana Nery de Lima Pessanha e Nayara Alves Macedo (2021) problematizam e trazem reflexões sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na Educação Infantil, sobretudo no que diz respeito às crianças pequenas das classes populares que vivem em periferias urbanas da cidade de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, RJ. Metodologicamente, as autoras trabalharam com “a dúvida como método”, a partir das discussões de Regina Leite Garcia (2009). Para elas, problematizar os impactos da pandemia na vida de crianças pequenas nos leva a investigar a (in)visibilidade dessas crianças, em decorrência da interrupção do atendimento por ocasião do isolamento, e favorece reflexões e práticas que podem contribuir com a educação e o cuidado dessas crianças,

especialmente quando se trata de acolhimento e de processos educativos das crianças pequenas nas creches e pré-escolas públicas municipais.

Eduarda Maria Schneider, Bruna Cristina Tomazini-Neto, Bárbara Greice Tobaldini de Lima e Silvana Agüero Nunes (2020, p. 1071) no artigo intitulado “O uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC): possibilidades para o ensino (não) presencial durante a pandemia covid-19” buscaram “[...] identificar, descrever e problematizar quais e como as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) são indicadas para o ensino remoto”. Para tanto, as autoras pautaram-se na Análise de Conteúdo Categórica, selecionando 12 materiais entre Lives e Webinários. Foram identificadas 80 diferentes tecnologias categorizadas em: para comunicação síncrona, para comunicação assíncrona ou para ambas. Em seguida, foram elaboradas as descrições de 14 TDIC que podem ser utilizadas de modo síncrono e assíncrono, apontando suas finalidades e reflexões para o contexto educacional. As autoras reforçam que as TDIC apresentam características que podem auxiliar no trabalho interativo e participativo de estudantes, mas requer uma responsabilidade sobre o modo de ser “aluno e professor” no uso dessas tecnologias. Para elas, ainda que as tecnologias sejam meios/recursos para viabilizar o desenvolvimento das atividades, é preciso destacar que a qualidade deste ensino e desta aprendizagem tem estreita relação com o planejamento didático, com os objetivos educacionais, com metodologias e formas avaliativas adequadas, independentemente de serem aulas presenciais ou à distância.

Políticas públicas educacionais e pandemia: direitos e exclusão

No eixo “políticas públicas educacionais e pandemia: direitos e exclusão”, reunimos oito artigos que discutem direitos – particularmente o direito à educação, a preservação da vida e, ainda, possíveis políticas que podem combater ou aprofundar as desigualdades e a exclusão das pessoas que mais tem sofrido nessa pandemia: mulheres e crianças, a população negra e as pessoas mais pobres.

Considerando o fato de que, em 2020 e em meio à pandemia, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 30 anos de existência, Bianca Salazar Guizzo, Fabiana de Amorim Marcello e Fernanda Muller (2020, p. 1), em “A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia”, discutem as reinvenções do cotidiano ocasionadas pelo cenário de isolamento. Do ponto de vista metodológico, apresenta seis cenas da reinvenção do cotidiano:

[...] e que estão vinculadas, cada uma a seu modo, a três dimensões específicas: a relação de famílias com as tecnologias; a relação das famílias com a escola; e a relação das famílias com suas crianças. As quatro cenas iniciais, exploradas a partir da configuração de estratégia, indicam esforços para a conformação das formas de organização do social (GUIZZO; MARCELLO; MULLER, 2020, p. 1).

Os resultados demonstram que há esforços por parte dos/as participantes das cenas para a aceitação das formas de organização social em contexto de pandemia de forma resignada, tanto no que se refere à relação das famílias com a tecnologias, como no caso da relação das famílias com a escola, sugerindo práticas comprometidas com a manutenção de

jeitos de existir em contextos de excepcionalidade. Destacam ainda, as práticas cotidianas das relações entre crianças e famílias, cujos relatos indicam possibilidades de criação do novo (GUIZZO; MARCELLO; MULLER, 2020).

Gabriela Sousa Rego Pimentel e Simone Leal Souza Coité (2021, p. 267) no artigo “Política curricular e Educação do Campo: discussões e práticas de gestão educacional em tempos de pandemia”, apresentam os resultados de um estudo sobre o desenvolvimento de atividades de gestão educacional, realizados em tempos de isolamento, trazendo a percepção dos dirigentes municipais de educação de 14 municípios da região oeste da Bahia. Foram sujeitos da investigação, os secretários municipais de educação. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi exploratória e documental. A coleta das informações foi realizada mediante questionários com questões de múltipla escolha, aplicados de forma virtual. Como resultado da investigação, as autoras demonstraram a necessidade de se intensificar as ações no que diz respeito a efetividade na atuação da gestão educacional, de modo a favorecer as práticas pedagógicas em tempos pandêmicos. Concluem que é importante pensar em ações que garantam o funcionamento adequado das escolas públicas a partir do contexto da educação do/no campo e a superação das desigualdades existentes.

Magali Mendes de Menezes e Pedro de Almeida Costa (2021) no artigo “O Ensino Superior: as Antígonas de nosso tempo pandêmico e o agravamento das desigualdades sociais”, discutem o contexto da pandemia que alterou o ritmo de vida de todos e todas, agravando as desigualdades sociais e históricas do país. O racismo, a violência de gênero e a exploração do trabalho aliados com a profunda fragilidade sanitária, demonstram que os/as que mais sofrem continuam sendo as pessoas mais pobres. Considerando esse contexto, a autora e o autor apresentam reflexões sobre

a educação, particularmente sobre o ensino superior de uma universidade pública, problematizando a permanência de processos de exclusão nesse cenário. Para eles, a implementação de propostas de atividades remotas pode aprofundar as desigualdades, uma vez que as condições de proposição e realização são precárias, tendo em vista o fato de que as dificuldades do público universitário nem sempre estão sendo consideradas, especialmente dos/as que ingressaram por meio de políticas de ações afirmativas.

O artigo de Alessandra Sampaio Cunha, Joana d’Arc de Vasconcelos Neves e Nívia Maria Vieira Costa (2021, p. 23), intitulado “A EJA em tempos de pandemia de covid-19: reflexões sobre os direitos e políticas educacionais”, apresentou como objetivo “[...] analisar o alcance do direito a educação de jovens e adultos diante das políticas educacionais brasileiras e em tempos de pandemia na Amazônia bragantina”. Com base na abordagem qualitativa e mediante pesquisa documental, as autoras articularam informações encontradas em pareceres, legislações e estatísticas da EJA do município de Bragança-PA, com o intuito de realizar um cotejo com os dados e informações de modo a qualificar a análise. Os resultados indicam preocupações antigas e novas sobre a Educação de Jovens e Adultos, agravadas em decorrência da pandemia, dentre as quais: os projetos de políticas compensatórias que envolvem a redução do tempo (carga horária) e de conteúdos, o fechamento de turmas e a redução de número de matrículas, bem como o baixo incentivo da gestão pública para a realização de programas específicos para a EJA.

No artigo “A Educação Infantil no contexto da pandemia: os possíveis enfrentamentos após a publicação do Parecer 05/2020”, Cassiana Magalhães e Cristiane dos Santos Farias (2021, p. 1) tiveram como objetivo “[...] discutir o Parecer 05/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e os possíveis enfrentamentos no contexto da Educação

Infantil”. Para as autoras, a preocupação com a temática está centrada na garantia dos direitos conquistados pelo campo da educação das crianças pequenas, educadas em espaços coletivos, que agora vivenciam atividades online e por meio do uso de Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC), mediante videoaulas e outros recursos virtuais que podem acentuar as desigualdades sociais já existentes em nossa sociedade. Por meio da pesquisa de cunho bibliográfico, os resultados indicam a necessidade de resistência em favor das crianças, de modo a se pensar e criar formas mais adequadas para atendê-las.

Ester Maria de Figueiredo Souza e Lucia Garcia Ferreira (2021), em “A matrícula como direito do estudante na pandemia da Covid-19”, abordam a questão do direito à matrícula escolar em tempos de pandemia do novo coronavírus. As autoras partem do pressuposto que

[...] a matrícula escolar é lastreada pelo direito à educação, conforme se preconiza na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), simbolizando a validação da identidade estudantil. Para tanto, referencia-se nas normativas e leis que regem o ordenamento jurídico brasileiro para cotejar informações de domínio público e apresentam-se o ensino emergencial e mapeamento da situação de oferta da educação no país, expondo estratégias para validar o ano letivo, como também alternativas para terminalidade de estudos (SOUZA; FERREIRA, 2021, p. 1).

O artigo de Souza e Ferreira (2021) é resultado de pesquisa qualitativa de cunho exploratório e documental, que reuniu dados para contextualizar e problematizar os percursos dos/as estudantes. Os resultados revelaram que, durante a pandemia, o direito de matrícula dos alunos nas escolas foi assegurado, em maior escala, pelos estabelecimentos

públicos de ensino. Por circunstâncias impostas pela Covid-19, a tomada de decisão para validar esse direito à matrícula, muitas vezes foi protelada pelas famílias dos/as estudantes.

Preocupado com a “Atuação dos fóruns de defesa da educação infantil em tempos de pandemia”, Fábio Hoffmann Pereira (2021) apresenta o resultado de uma pesquisa exploratória e de levantamento das ações realizadas pelos fóruns estaduais de defesa da Educação Infantil entre os meses de março a junho de 2020. De acordo com o autor, o fechamento das instituições de Educação Infantil em virtude da pandemia de Covid-19 também impactou a atuação dos fóruns que precisaram buscar alternativas de mobilização online de divulgação de suas ações. O levantamento realizado apresenta informações das páginas e perfis dos fóruns em *blogs*, *sites* oficiais, *Facebook* e *Instagram*. Em relação as ações divulgadas nestas páginas e perfis, destacam-se a transmissão de debates a partir de “*lives*”, disponibilizadas no *Instagram*. Em relação as pautas dos debates ligados à pandemia, destacam-se o trabalho docente exercido de forma remota e as perspectivas e protocolos para reabertura das instituições. Outras pautas destacadas pelo autor se referem à luta contra as propostas de inserção da Educação Infantil no PNLD por meio da aquisição de livros didáticos para a pré-escola e as reivindicações dos movimentos de Educação Infantil na elaboração e aprovação do "novo" FUNDEB.

Preocupados com a discussão a respeito dos alunos e das alunas com deficiência, Alessandra Andrade Cardoso, Gustavo Diniz de Mesquita Taveira e Guilherme Pereira Stribel (2021, p. 1) elaboraram o artigo “Educação Especial no contexto da pandemia: reflexões sobre políticas educacionais”, com o objetivo de “[...] fomentar a discussão entre a evolução histórica dos processos de inclusão de tais estudantes e as

consequências ocasionadas pela necessidade do isolamento em decorrência da pandemia, a fim de evidenciar a relevância e urgência da consolidação de políticas públicas educacionais de inclusão”. Para isso, a autora e os autores realizaram uma análise documental, considerando o panorama histórico das políticas públicas educacionais voltadas às pessoas com deficiência no Brasil. Os resultados indicam que grupos que apresentam diferentes graus de vulnerabilidade, como ocorre com estudantes com algum tipo de deficiência, ficam ainda mais cerceados do direito à educação.

Reflexões sobre as tendências dos estudos e pesquisas que discutem sobre a Educação em tempos de pandemia

A partir dos resultados que retornaram da busca realizada na plataforma Ibict *oasisbr*, foi possível reunir as informações a partir de dois eixos: a) “Implicações da pandemia causada pela Covid-19 na educação brasileira e propostas de trabalho em tempos de isolamento” e, b) “Políticas públicas educacionais e pandemia: direitos e exclusão”. A partir da sistematização desses eixos, destacamos algumas das tendências encontradas nos estudos sobre a educação em tempos de pandemia.

No que diz respeito às temáticas abordadas nas pesquisas, podemos destacar no eixo a) “Implicações da pandemia causada pela Covid-19 na educação brasileira e propostas de trabalho em tempos de isolamento”, o artigo de Nascimento (2020) que buscou refletir sobre a atividade docente, a questão da temporalidade na docência evidenciada na produção escrita de Silva e Alcântara (2020), a “autoformação docente em tempos de pandemia” destacada por Feltrin e Batista (2020) e o artigo de Charczuk,

(2020) que problematizou à docência no ensino remoto em tempos de pandemia.

As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) foram objetos de discussão de Schneider, Tomazini-Neto, Lima e Nunes (2021) e de Catanante, Campos e Loiola (2020) que analisaram os motivos pelos quais houve baixa incidência de acessos às atividades virtuais, mesmo com a declaração de acesso à internet e a existência de equipamentos compatíveis com o trabalho online.

O ensino remoto foi destacado no artigo de Medeiros (2020), em que a autora defende haver potencialidade na educação híbrida em tempos pandêmicos, argumentando que o trabalho – online e presencial – pode favorecer a personalização da aprendizagem e o protagonismo estudantil.

De modo geral, os artigos destacam o uso das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC), como ferramentas que podem favorecer o trabalho pedagógico online e minimizar os impactos imediatos do fechamento temporário das escolas (SOUZA; BORGES; COLPAS, 2020). Moreira, Henriques e Barros (2020) concluem que o crescimento das tecnologias e das redes de comunicação tem provocado mudanças significativas na sociedade, levando ao surgimento de novos paradigmas de comunicação educacional e também novos contextos de ensino e de aprendizagem.

Todavia, Catanante, Campos e Loiola (2020) afirmam que às Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) não garantem o sucesso dos alunos e das alunas na participação das aulas virtuais e atividades não presenciais, embora o artigo de Medeiros (2020) defenda a potencialidade de uma educação híbrida em tempos pandêmicos

com o argumento de que isso pode favorecer o trabalho personalizado e maior protagonismo dos/as estudantes.

Para Schneider, Tomazini-Neto, Lima e Nunes (2021), ainda que as tecnologias sejam apenas meios/recursos para viabilizar o desenvolvimento das atividades, o/a professor/a precisa refletir sobre suas próprias concepções de “aluno e professor” presentes no uso dessas tecnologias e ter um referencial teórico que sustente a metodologia adotada por ele/a.

Os impactos e implicações causadas pela pandemia na educação de crianças e de jovens foram discutidos nos artigos de Carlachiani e Morelli (2020), de Corte Real, Stepanski, Picetti e Sirangelo (2021) e de Tavares, Pessanha e Macedo (2020), evidenciando os desafios de investigar e realizar práticas educativas em um contexto permeado pela Covid-19 e quais aspectos permaneceram e/ou foram alterados nessas realidades investigadas, tais como as questões relacionadas ao aproveitamento do tempo em família, contato com relações de amizade, possibilidades e limites de atividades de lazer, dentre outras questões. Discutem ainda, aspectos relacionados aos processos de exclusão e o direito ao cuidado e ao acolhimento das crianças e jovens, desde as creches, como dimensões dos processos educativos.

Em relação ao eixo b) “Políticas públicas educacionais e pandemia: direitos e exclusão”, no artigo de Guizzo, Marcello e Muller (2020) foi discutido o marco dos 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que ocorreu em meio a pandemia, problematizando a questão dos direitos, especialmente o direito à vida e à liberdade.

A política curricular e a educação do campo no contexto da educação básica foi discutida por Pimentel e Coité (2021), o Ensino

Superior e o agravamento das desigualdades sociais no cenário pandêmico foi abordado por Menezes e Costa (2021), a questão do direito e das políticas educacionais de Jovens e Adultos - EJA em tempos de pandemia foi abordada por Cunha, Neves e Costa (2021), o direito à matrícula escolar em período pandêmico problematizado por Souza e Ferreira (2021) e Cardoso, Taveira e Guilherme Stribel (2021) apresentaram o panorama histórico das políticas públicas educacionais voltadas às pessoas com deficiência no Brasil, relacionando-o com o contexto de pandemia.

Dois artigos desse eixo discutiram Educação Infantil, sendo que o de Magalhaes e Farias (2021) abordou a discussão sobre o Parecer 05/2020 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e os possíveis enfrentamentos no contexto da Educação Infantil e a produção de Pereira (2021) discutiu a atuação dos fóruns de defesa da Educação Infantil em tempos de pandemia.

Para Menezes e Costa (2021), a implementação de propostas de atividades emergenciais em formato remoto aprofunda desigualdades, tendo em vista as condições precárias para o trabalho docente no Ensino Superior e as dificuldades de estudantes universitários, principalmente os/as que ingressam na universidade por meio de políticas afirmativas.

Cunha, Neves e Costa (2021) indicaram preocupações antigas e novas sobre a Educação de Jovens e Adultos, modalidade tratada muitas vezes como se fosse parte de políticas compensatórias que envolvem a redução do tempo e de conteúdos, fechamento de turmas, redução de número de matrículas e baixo incentivo para a criação de programas específicos.

Souza e Ferreira (2021) que estudaram o direito do estudante à matrícula, indicaram que o exercício desse direito ocorreu com mais

frequência nos estabelecimentos públicos de ensino, já que as matrículas muitas vezes foram proteladas pelas famílias por circunstâncias impostas pela Covid-19.

Para não concluir...

O conjunto de artigos apresentados e discutidos, nos permite ensaiar algumas reflexões sobre os desafios e perspectivas que a educação tem vivenciado nesses tempos pandêmicos. Diante de um cenário em que o isolamento físico se faz necessário e é preciso pensar em alternativas para o campo educacional, os trabalhos que discutem o uso e a presença das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) na educação parecem receber um impulso ainda maior do que o antes já existente. No entanto, antigos problemas, armadilhas e possibilidades parecem continuar existindo e, aliados a eles, outras ciladas e desafios são agregados.

No geral, nos parece que os artigos resultados das pesquisas continuam a alimentar uma polarização entre os que defendem e os que criticam o uso de TDIC na educação sem uma discussão mais crítica e aprofundada sobre o tema e que considere o/a estudante e o/a professor/a como protagonistas dos processos educativos. Em sua tese de doutorado, Cleriston Izidro dos Anjos (2015) ao investigar as relações das crianças pequenas com as TDIC destacou a escassez de trabalhos que consideram as relações das crianças com os aparatos tecnológicos de modo a compreender seus interesses, necessidades e usos. No entanto, ao olharmos para o conjunto de trabalhos, nos parece que o problema acompanha diversas etapas e modalidades educacionais: ou os trabalhos ressaltam o

possível caráter inovador do uso das TDIC ou criticam o seu uso, desconsiderando seus usuários: crianças, jovens e adultos, estudantes e professores/as.

A discussão sobre as TDIC na educação também precisa considerar as especificidades da Educação Básica. Na área da Educação Infantil, por exemplo, a preocupação com as atividades online e com o uso das TDIC com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, tema abordado por Cassiana Magalhães e Cristiane dos Santos Farias (2021), também foi anteriormente discutido por Cleriston Izidro dos Anjos e Deise Juliana Francisco (2021) no artigo “Educação Infantil e Tecnologias Digitais: reflexões em tempos de pandemia”. Nele, o autor e a autora problematizam a recomendação para o uso de tecnologias digitais na Educação Infantil – considerando a brincadeira e as interações, os princípios éticos, políticos e estéticos, a relação família-escola e a legislação brasileira – e propõem que tais aparatos sejam utilizados como suporte de comunicação entre as famílias e as instituições educacionais.

Há de considerar ainda que o uso de TDIC na educação, por si só, não torna os processos educativos inovadores, pois um/a professor/a pode se utilizar dessas TDIC e continuar trabalhando com práticas autoritárias e centradas no/a adulto/a. Assim, é fundamental destacar que o que torna a educação extraordinária e inovadora são os/as estudantes e os/as educadores/as que, cotidianamente, convivem e se relacionam nos espaços educativos. Além disso, é preciso investimento na formação de docentes – inicial e em serviço – que contribua para uma reflexão crítica sobre as contribuições e excessos dos usos das TDIC na educação.

Embora não seja o objetivo desse texto, é importante destacar que essa formação que pode contribuir para uma educação emancipatória de crianças e de educadores/as não é aquela que está proposta na Base

Nacional Comum Curricular (BNCC) e na proposta de Base Nacional da Formação Docente (BNC – Formação), pois elas foram pensadas na lógica da padronização dos currículos que, em síntese, procura reduzir a formação docente em cursos para ensinar a aplicar e gerenciar o conteúdo da BNCC. O que está em jogo é que tais propostas desconsideram vasta produção de conhecimento no campo da educação, cujas bases envolvem fundamentos teóricos, áreas científicas e saberes e metodologias de trabalho com crianças, jovens e adultos. A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE⁶), além de outras instituições, entidades e movimentos, – tem produzido uma série de atividades (*lives*, documentos, manifestos...) sobre a formação docente em tempos de padronização. É tempo de lutar e resistir em defesa da ciência, da saúde e da educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e todas, desde bebês!

Cabe recuperar nessas discussões finais um aspecto apresentado no início de nossas reflexões: o contexto de múltiplas desigualdades existentes no Brasil. Esse é um ponto fundamental, pois a exclusão digital também é uma das dimensões dessas múltiplas formas de exclusão social, ou seja, é preciso considerar que parcela significativa da população brasileira ainda não possui equipamentos tecnológicos adequados para participação em atividades educativas em plataformas digitais, além dos problemas de acesso à internet.

Nas discussões sobre trabalho e formação docente em tempos de pandemia é possível depreender um movimento de aprofundamento da precarização já existente na medida em que docentes, das mais diversas regiões do Brasil e que atuam em diferentes etapas e modalidades, tiveram

⁶ Para saber mais, acesse o site da ANFOPE (<http://www.anfope.org.br/>) e seu Canal no YouTube (<https://www.youtube.com/c/AnfopeNacional/featured>).

pouco ou nenhum suporte formativo e, também, de apoio financeiro e material para a realização de trabalho educacional em contexto emergencial. Equipamentos tecnológicos, melhoria de velocidade de internet residencial, aumento dos gastos com energia elétrica, dentre outros aspectos, no geral, foram assumidos por docentes sem que houvesse contrapartidas de suas instituições e governos (estaduais, municipais e federal). Também é preciso considerar a ausência de suporte emocional, afinal, professores e professoras também estão enfrentando diversos problemas na pandemia, sejam pessoais ou gerados pelo exercício profissional em tempos pandêmicos.

As crianças desde bebês, adolescentes e/ou jovens matriculados nas instituições educacionais, da Educação Básica ao Ensino Superior, também estão enfrentando diversos desafios e problemas que vão desde lidar com a dor da perda de um ente querido até as dificuldades de acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos. São questões complexas e que nos levam a afirmar que muito ainda precisa ser discutido, estudado e pesquisado, afinal, a pandemia ainda não acabou e, mesmo que ela acabe em breve, ainda teremos que lidar com seus efeitos durante algum tempo.

Na perspectiva de que teremos que lidar com os efeitos da pandemia também após seu fim, embora tenhamos escolhido apenas o gênero artigo científico e os descritores “Educação”, “Pandemia” associados pelo operador booleano AND como critérios de inclusão no mapeamento apresentado, nos chama a atenção o fato de não terem sido localizados trabalhos que tratem de um possível planejamento de retorno das atividades presenciais para todos e todas, com exceção das discussões das áreas dos Estudos da Infância e da Educação Infantil, cujas produções têm alimentado discussões sobre a pandemia e o pós-pandemia (ANJOS; PEREIRA, 2021; GOBBI; PITO, 2021; GOBBI; ANJOS; VICENTE,

2021; SANTOS; SARAIVA, 2020; CAMPOS; ALMEIDA; BARRETO; DUMONT; VIEIRA; BAPTISTA; FOCHI; COELHO; CRUZ; VALVERDE, 2020; MELLO; NEGREIROS; ANJOS, 2020; SANTOS; SILVA; FARIA, 2020; GOBBI; PITO; MELEÁN, 2020; dentre outras).

No geral, os trabalhos encontrados sinalizam que durante esse tempo de pandemia, os problemas educacionais já existentes foram agravados e outros problemas surgiram na Educação Básica e no Ensino Superior: a precarização do trabalho docente está mais evidente, novas necessidades de formação inicial e em serviço, espaços físicos das instituições ainda não estão preparados para o retorno presencial seguro, vacinas demoraram a chegar e, nesse momento, ainda se discute a vacinação de crianças e a ausência do poder público foi sentida em relação ao suporte para o trabalho emergencial não presencial em tempos pandêmicos, além do aumento das desigualdades sociais que têm afetado toda a sociedade brasileira. Por outro lado, as alternativas de enfrentamento dos efeitos da pandemia na educação, emergiram pela atuação de movimentos em defesa da educação – Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Frente Nordeste Criança, Fóruns de Educação Infantil –, das instituições públicas – Sistema Único de Saúde, universidades públicas, grupos de pesquisas... –, de sindicatos e da iniciativa de professores e professoras que, apesar de também estarem sofrendo com os efeitos da pandemia em seu trabalho e nas suas vidas – procuram fazer o melhor possível na esperança da construção de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e todas, desde bebês.

Os desafios estão postos e as alternativas precisam ser coletivamente construídas por todos e todas que fazem a educação brasileira – estudantes e famílias, docentes e gestores/as, governos, etc – e

pelas áreas com as quais a educação precisa estreitar os laços de colaboração e vice-versa: saúde, assistência social, dentre outras. Como diria o poeta, Carlos Drummond de Andrade, “vamos de mãos dadas”!

Mãos Dadas

Carlos Drummond de Andrade

Não serei o poeta de um mundo caduco
Também não cantarei o mundo futuro
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças
Entre eles, considero a enorme realidade
O presente é tão grande, não nos afastemos
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história
Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida
Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes
A vida presente

Referências

ANJOS, Cleriston Izidro dos. *Tatear e desvendar: um estudo com crianças pequenas e dispositivos móveis*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/1641>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ANJOS, Cleriston Izidro dos; FRANCISCO, Deise Juliana. Educação Infantil e Tecnologias Digitais: reflexões em tempos de pandemia. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 125-146, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79007>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ANJOS, Cleriston Izidro dos; PEREIRA, Fábio Hoffmann. Educação Infantil em tempos de pandemia: outros desafios para os direitos, as políticas e as pedagogias das infâncias. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 3-20, jan. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79179>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ANPED. GT 07 - *Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Educação a distância na Educação Infantil, não!*. Rio de Janeiro, RJ: 20 abril 2020. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/manifesto-anped-educacao-distancia-na-educacao-infantil-nao>. Acesso em 28 jan. 2022.

ANPED. *Manifesto pelo direito de vacinação das crianças contra a Covid 19*. Rio de Janeiro, RJ: 28 jan. 2022. Disponível em:

https://anped.org.br/sites/default/files/images/manifesto_pelo_direito_de_vacinacao_das_crianças_contra_a_covid_19_anped.pdf. Acesso em 28/01/2022. Acesso em: 20 jan.2022.

CAMPOS, Maria Malta; ALMEIDA, Aidê; BARRETO, Ângela, DUMONT, Érica, VIEIRA, Livia Fraga; BATISTA, Mônica Correia; FOCHI, Paulo Sergio; COELHO, Rita; CRUZ, Silvia Helena Vieira da; VALVERDE, Sônia Larrubia. *Para um retorno à escola e à creche que respeite os direitos fundamentais de crianças, famílias e educadores*. 05/2020. Disponível em:

https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/para_um_retorno_a_escola_e_a_creche-2.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

CARDOSO, Alessandra Andrade; TAVEIRA, Gustavo Diniz de Mesquita; STRIBEL, Guilherme Pereira. Educação especial no contexto de pandemia: reflexões sobre políticas educacionais. *Revista Teias*, v. 22, n. 65, abr./jun. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/50005>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CATANANTE Flávia; CAMPOS Rogerio Carlos de; LOIOLA, Iraneia. Aulas on-line durante a pandemia: condições de acesso asseguram a participação do aluno?. *Revista Científica Educ@ção*, v. 4, n. 8, p. 977-988, 26 out. 2020. Disponível em: <https://periodicosrefoc.com.br/jornal/index.php/RCE/article/view/122>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CHARCZUK Simone Bicca. Sustentar a Transferência no Ensino Remoto: docência em tempos de pandemia. *Educação & Realidade*, Porto

Alegre, v. 45, n. 4, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/S7dGKjBx7Ch4FxCwVc93pVg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CARLACHIANI, Camila Carla; MORELLI Silvia. Pandemia, isolamento social e desigualdades: uma complexa trilogia para educar. *Revista Científica Educ@ção*, v. 4, n. 8, p. 1030-1042, 26 out. 2020. Disponível em:
<https://periodicosrefoc.com.br/jornal/index.php/RCE/article/view/124>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CORTE REAL, Luciane Magalhaes; STEPANSKI, Luciane Marilei Pereira; PICETTI Jaqueline dos Santos; SIRANGELO, Luisa Guazzelli. Possibilidades de aprendizagens na pandemia de covid-19. *Saberes Plurais Educ. Saude*, v. 5, n. 1, p. 72-91, jan./jun. 2021. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/saberesplurais/article/view/109424>. Acesso em: 14 jan. 2021.

CUNHA, Alessandra Sampaio; NEVES, Joana d’Arc de Vasconcelos; COSTA, Nívia Maria Vieira. A EJA em tempos de pandemia de covid-19: reflexões sobre os direitos e políticas educacionais na Amazônia bragantina. *Nova Revista Amazônica*, Bragança, v. 9, n. 1, p. 23-35, mar. 2021. Disponível: <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v9i1.10026>. Acesso em: 14 jan. 2021.

FELTRIN, Tacieli; BATISTA, Natalia Lampert. Autoformação docente em tempos de pandemia: da (im)possibilidade da reinvenção sem cuidado de si. *Revista Científica Educ@ção*, v. 4, n. 8, p. 1017-1029, 26 out. 2020. Disponível em:

<https://periodicosrefoc.com.br/jornal/index.php/RCE/article/view/128>.
Acesso em: 14 jan. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do Sujeito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GARCIA, Regina Leite (org.). *A Formação da Professora Alfabetizadora: Reflexões sobre a prática*. São Paulo: Cortez, 2009.

GEPPECI. Grupo de Estudos e Pesquisas e Pedagogias e Culturas Infantis. *Webnário Infâncias e Educação Infantil em Tempos de Pandemia*. Maceió (Transmissão online): Universidade Federal de Alagoas, 18 jun./01 jul. 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/channel/UC78d98Iz2-iZa0v1W3qSnoQ>.
Acesso em: 25 jan. 2022.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; VICENTE, Paula Martins. Notas sobre uma pesquisa com crianças: interpelações do campo, ou, quando o presidente diz ‘e daí’?. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 28, 2020. Disponível em:
<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3552>. Acesso em: 28 jan. 2022.

GOBBI, Marcia Aparecida; PITO, Juliana Diamante (org.). *Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro*. São Paulo: FEUSP, 2021. DOI: 10.11606/9786587047133. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/9786587047133>. Acesso em: 28 jan. 2022.

GOBBI, Márcia Aparecida; PITO, Juliana Diamante; MELEÁN, Simone Maria Magalhães. Crianças e mulheres e nós-nada: reflexões a partir das vidas em despejo no acampamento Campo Grande do MST. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1255-1280, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1255>. Acesso em: 28 jan. 2022.

GUIZZO, Bianca Salazar; MARCELLO, Fabiana de Amorim; MÜLLER, Fernanda. A reinvenção do cotidiano em tempos de pandemia. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, p. 1-20, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Luciana/Desktop/Documentos%20Atualizados/Documents/Artigos/Artigos%202021/livro/Documentos%20para%20o%20livro/29863344017.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MAGALHÃES, Cassiana; FARIAS, Cristiane dos Santos. A Educação Infantil no contexto da pandemia: os possíveis enfrentamentos após a publicação do Parecer 05/2020. *Olhar de Professor*, v. 24, p. 1-9, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15877>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MEDEIROS, Rosana Fachel. Aulas de artes em tempos de pandemia e atividades remotas: como manter o vínculo do professor com os alunos, e dos alunos com a disciplina?. *Revista Científica Educ@ção*, v. 4, n. 8, p. 956-976, 2020. Disponível em: <https://periodicosrefoc.com.br/jornal/index.php/RCE/article/view/118>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MELLO, Ana Maria; NEGREIROS, Fauston; ANJOS, Cleriston Izidro dos Anjos. *Caderno de Direitos - Retorno à creche e à escola: Direitos das crianças, suas famílias e suas/seus educadoras/es - gestoras/es, professoras/es e funcionárias/os*. EDUFPI, Piauí: 2020. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Caderno_Direitos_-_EDULPI_com_ISBN20200725103619.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

MENEZES, Magali Mendes de; COSTA, Pedro de Almeida (2021). O Ensino Superior: as Antígonas de nosso tempo pandêmico e o agravamento das desigualdades sociais. *Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade*, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/37949>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MIEIB. *Posicionamento público do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB) relativo à proposta de parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre reorganização dos calendários escolares e atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da Covid-19*. Brasília, DF, 19 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.mieib.org.br/posicionamento-publico-do-movimento-interforuns-de-educacao-infantil-do-brasil-mieib-relativa-a-proposta-de-parecer-do-conselho-nacional-de-educacao-cne-sobre-reorganizacao-dos-calendarios-escolar/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MOREIRA Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOREIRA, José Antônio; HENRIQUES, Suzana; BARROS, Daniela Melaré Vieira. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. *Dialogia*, v. 34, p. 351-364, 2020. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9756>. Acesso em: 14 jan. 2021.

NASCIMENTO, Caroline Cavalcante. Educação em tempos de pandemia: o lugar do artista-docente. *SCIAS - Arte/Educação*, v. 7, n. 1, p. 25-44, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/scias/article/view/4957>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PEREIRA, Fábio Hoffmann. Atuação dos fóruns de defesa da educação infantil em tempos de pandemia *Revista Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 01-25, jan. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78977>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rego; COITÉ, Simone Leal Souza. Política curricular e Educação do Campo: discussões e práticas de gestão educacional em tempos de pandemia. *Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade*, v. 30, n. 61, p. 267-282, 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/10064>. Acesso em: 14 jan. 2021

SANTOS, Natália Francisca Cardia dos; SILVA, Adriana Alves da; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Resistir para/com a infância continuar a

existir: transcrição de 21 lives sobre infâncias e Educação Infantil na pandemia de Covid-19. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 22, n. 42, p. 852-1174, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22n42p726>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SANTOS, Solange Estanislau dos; SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. O ano que não tem fim: as crianças e suas infâncias em tempos de pandemia. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1177-1187, dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1177>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; TOMAZINI-NETO, Bruna Cristina; LIMA, Bárbara Greice Tobaldini; NUNES, Silvana Agüero. O uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC): possibilidades para o ensino (não) presencial durante a pandemia covid-19. *Revista Científica Educ@ção*, v. 4, n. 8, p. 1071-1090, 26 out. 2020. Disponível em: <https://periodicosrefoc.com.br/jornal/index.php/RCE/article/view/123>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SILVA, Kelly Cristina Brandão da; ALCÂNTARA, Kelly Cristina Garcia de Macedo. A (in)corporeidade do professor em tempos de pandemia e educação à distância. *Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade*, v. 29, n. 60, p. 102-116, 31 dez. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Luciana/Downloads/10526-Texto%20do%20artigo-29337-1-10-20201231%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Luciana/Downloads/10526-Texto%20do%20artigo-29337-1-10-20201231%20(1).pdf). Acesso em: 14 jan. 2021.

SOUSA, Galdino Rodrigues de; BORGES, Eliane Medeiros; COLPAS, Ricardo Dulcatti. Em defesa das Tecnologias de Informação e

Comunicação na Educação Básica: diálogos em tempos de pandemia. *Plurais Revista Multidisciplinar*, v. 5, n. 1, p. 146-169, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2020.v5.n1.146-169>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo; FERREIRA, Lucia Garcia. A matrícula como direito do estudante na pandemia da covid-19. *Práxis Educacional*, [S. l.], v. 17, n. 44, p. 1-21, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i44.8029. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8029>. Acesso em: 14 jan. 2022. Acesso em: 14 jan. 2021.

TAVARES, Maria Tereza Goudard; PESSANHA, Fabiana Nery de Lima; MACEDO, Nayara Alves. Impactos da pandemia de covid-19 na educação infantil em São Gonçalo/RJ. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 77-100, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/78996>. Acesso em: 14 jan. 2022.

